

A prioridade na Saúde

25 SET 1995

JORNAL DA TARDE

Embora o ministro da Saúde nada tenha a ver pessoalmente com o caso, a denúncia publicada pelo *Jornal do Brasil* de que a Fundação Adib Jatene também fraudava o Sistema Único de Saúde (SUS) — cuja veracidade o ministro confirmou — é importante, porque vem mostrar a audácia com que agem os fraudadores. Nem mesmo o respeito ao nome do patrono da instituição foi capaz de conter os que ali agem de maneira criminoso para lesar os cofres públicos.

As denúncias de fraudes no SUS há muito não constituem novidade. Elas se repetem monotonamente. Até os tipos mais inesperados de fraude — desde matar e ressuscitar pacientes até extirpar ovários de homens — já não causam espanto. Viraram folclore. O que continua a espantar, em primeiro lugar, é que até agora as autoridades não tenham sido capazes de estancar essa sangria que, de acordo com cálculos modestos, acarreta por ano perda de recursos da ordem de R\$ 2 bilhões. Para um país pobre como o nosso, às voltas com uma crise profunda no sistema público de saúde, essa é uma situação intolerável.

O que impressiona também é que esse caso da Fundação Adib Jatene vem provar que a ação dos fraudadores contaminou todo o sistema, não se limitando a casos isolados, embora graves, no interior da Bahia ou do Maranhão, onde em princípio a fiscalização é menos eficiente. Mesmo no Instituto Dante Pazzanese, que integra a fundação, situado na cidade mais rica e desenvolvida do País, ocorrem fraudes as mais grosseiras. Ao todo foram comprovadas nos computadores do centro de processamento de dados do SUS, o Data-Sus, 300 internações fraudadas na fundação no primeiro semestre, caso que o perplexo ministro Jatene promete apurar com rigor e rapidez.

As fraudes grosseiras e folclóricas constituem apenas

o aspecto mais gritante e espetaculoso da situação lamentável encontrada por Jatene no Ministério da Saúde. Há muitas outras formas mais discretas, mas não menos eficientes, de desperdício. Dados do Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo demonstram, por exemplo, que o tempo médio de permanência em hospitais privados chamados de primeira linha é de quatro a seis dias, enquanto nos hospitais públicos é de 12 dias. Nos primeiros, a média de funcionários por leito é de seis a sete, enquanto nos segundos é o dobro. É fácil imaginar o alto preço que se paga por esse caso típico de má administração.

Como não podia deixar de ser, a área de saúde sofre dos mesmos males que afligem o conjunto da administração pública, na qual são raríssimos os setores que conseguem escapar da regra geral da má gestão, do desperdício e das fraudes. Não se pode exigir de Jatene e seus colegas de governo que se livrem da noite para o dia da pesada herança que receberam, resultado do inchaço e da deterioração do aparelho estatal durante décadas.

O que se espera deles é o reconhecimento de que tão ou mais importante do que a escassez de recursos é o seu desperdício, até porque esses são dois elementos intimamente ligados. A prioridade na saúde, por exemplo, deve ser o fim das fraudes e da má gestão dos recursos. O ministro Jatene, é verdade, vem tomando várias medidas nesse sentido, mas como indicam as fraudes até mesmo na fundação que leva o seu nome ainda há um longo caminho a percorrer. E, enquanto ele não começar a ser percorrido com empenho diferente do que tem visto até hoje esta população espoliada, o ministro não tem direito de pedir novos impostos. Fazê-lo é como dizer a estes ladrões impunes, a velha frase bíblica: "Crescei e multiplicai-vos", que o contribuinte garante.